

P A R E C E R

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – UNIVERSALIDADE – EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PARECER SOCIAL – VIABILIDADE.

Solicita a Sra. SUELI JAMPIETRO, DD. Presidente em exercício do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região, parecer desta Assessoria Jurídica.

A partir de fevereiro de 2005, alguns(mas) assistentes sociais passaram a questionar o Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região, ora interessado, sobre o embasamento legal para que o Ministério Público requirite estudo sócio-econômico individual com a finalidade de que uma pessoa tenha acesso irrestrito a tratamento de média e/ou alta complexidade na rede do Sistema Único de Saúde.

Entendem os(as) Assistentes sociais que a Lei Federal nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, traz como princípio a universalização do atendimento e fornecimento de medicamentos; sendo, pois, ilegal e prescindível a comprovação de insuficiência econômica para dispor do atendimento necessário.

DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 1988, com o advento da nova Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), a instituição do Ministério Público ganhou importantes competências na defesa dos interesses coletivos, difusos e, também, os individuais indisponíveis, que alçaram este d. Órgão ao *status* de relevância que detém no cenário atual.

As competências do Ministério Público estão previstas pelos Arts. 127, *caput*, e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, *ipsis literis*:

Art. 127 O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(...)

Art. 129 São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas.

Dentre as competências citadas, ressaltam-se neste parecer as previsões dos Incisos II, III e VI do Art. 129, que tratam, em síntese, da promoção de medidas judiciais com intuito de zelar pela garantia dos direitos estabelecidos na CRFB, entre os quais a promoção da ação civil pública e a competência para a requisição de documentos e informações em procedimentos administrativos de sua competência, respectivamente.

A ação civil pública é a modalidade de ação mais apropriada às competências do Ministério Público no âmbito do direito civil e administrativo. A competência para propor ação civil pública é regulada pela Lei Federal nº 7347/85, que em seu Art. 5º dispõe:

Art. 5º A ação principal e a cautelar poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União,

pelos Estados e Municípios. Poderão também ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista ou por associação que:

I - esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

II - inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Já o Art. 8.º, § 1.º dispõe sobre a competência de o Ministério Público instaurar inquérito civil e requisitar documentos e informações, *verbis*:

Art. 8º (...)

§ 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

Todavia, a ação civil pública, no âmbito da saúde, somente pode ser proposta com fundamento no Art. 1.º, Inciso IV da Lei Federal nº 7.347/85, que dispõe:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

I - ao meio-ambiente;

II - ao consumidor;

III – à ordem urbanística;

IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

V - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

VI - por infração da ordem econômica.

VII - à ordem urbanística.

Para a defesa de direitos individuais indisponíveis, onde se enquadra a garantia de acesso universal ao atendimento médico a pessoa determinada, a competência do Ministério Público, por intermédio de ação civil pública, se restringe à defesa da criança e do adolescente, na redação dos Arts. 200 e 201 da Lei 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), abaixo transcritos:

Art. 200. As funções do Ministério Público previstas nesta Lei serão exercidas nos termos da respectiva lei orgânica.

Art. 201. Compete ao Ministério Público:

I - conceder a remissão como forma de exclusão do processo;

II - promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;

III - promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do pátrio poder, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude;

IV - promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98;

V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal;

VI - instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;

VII - instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude;

VIII - zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

IX - impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;

X - representar ao juízo visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude,

sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível;

XI - inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

XII - requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuserem a Constituição e esta Lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.

§ 4º O representante do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.

Quanto a proposição de medidas judiciais, com exceção da ação civil pública, conforme determinação constitucional expressa no Art. 127, *caput*, anteriormente citado, o *Parquet* não encontra limitações para a defesa dos direitos individuais indisponíveis de qualquer pessoa.

No caso de defesa de interesses de crianças e adolescentes a competência do Ministério Público é plena e irrestrita, de forma que pode requerer informações a qualquer entidade, pública ou particular, e de qualquer ente estatal.

DA SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Seguridade Social abarca três grandes áreas, segundo o Art. 194, *caput*, da CRFB, quais sejam: a saúde, a previdência e a assistência social.

A universalização da cobertura e do atendimento é princípio e objetivo a ser seguido, nos termos do Inciso I, Parágrafo único do Art. 194 da Constituição, transcrito a seguir:

Art. 194 A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único: Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade da cobertura e do atendimento;

Sobre a universalidade discorre o ilustre doutrinador José Cretella Júnior em sua obra “Comentários à Constituição 1988” (Editora Forense Universitária, São Paulo: 1993, Vol. VIII – Arts. 170 a 232), quando analisa o Inciso I, parágrafo único do Art. 194 da Carta Magna, *verbis*:

A primeira dimensão, a *universalidade de cobertura*, refere-se às situações de necessidade. Todas as *contingências da vida*, que podem gerar necessidade, deverão ser cobertas pela seguridade social. A segunda dimensão, a *universalidade do atendimento*, diz respeito aos sujeitos protegidos, significando que todas as pessoas, indistintamente são credoras de proteção social. (CRETELLA Jr., 1993, p. 4299)

Todavia, no mesmo Art. 194, parágrafo único, da Carta da República, temos que observar também o Inciso III, que dispõe:

III – seletividade e distributividade na prestação dos serviços e benefícios;

Sobre este princípio discorre o advogado Wolgran Junqueira Ferreira, em sua obra intitulada “Comentários à Constituição de 1988” (Julex, Campinas: 1989, Volume 3, Art. 182 e seguintes), *verbis*:

Os serviços de seguridade social deverão ser seletivos e distributivos, isto é, deverão atender aos princípios da necessidade e urgência, e serão distributivos na prestação dos benefícios. Por seletividade há que se entender o atendimento mais urgente e necessário aos que se socorrerem da seguridade social e, em decorrência da seletividade há que se entender a distributividade, isto é, que os serviços prestados o sejam de forma genérica e não agrupada em favor de uma unidade da federação e dentro dela em benefício de uma ou algumas comunidades. (FERREIRA, 1989, p. 1031)

Especificamente sobre a Saúde, determina a Carta Magna em seu Art. 196, já inserido na Seção II com o título “Da Saúde”, *verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Regulamentando tanto os Art. 194 e 196 como outros dispositivos, a União promulgou a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que em seus Arts. 1.º e 2.º dispõe:

Art. 1.º A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações da iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único: A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

I – universalidade da cobertura e do atendimento;

(...)

III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

No mesmo sentido e, a Lei Federal nº 8.080/90 estabelece em seu Art. 6.º e 7.º, *verbis*:

Art. 6.º Estão incluídas, ainda, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I – a execução de ações:

(...)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

(...)

Art. 7.º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo, ainda, aos seguintes princípios:

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

(...)

IV – igualdade de assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

(...)

Expostas as diretrizes constitucionais e legais sobre o atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, é mister fazer uma interpretação teleológica (finalidade) e axiológica (valorativa) dos princípios que regem a matéria em análise, que se faz a seguir.

IGUALDADE FORMAL *VERSUS* IGUALDADE MATERIAL: A ANÁLISE DE UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL

Vem sendo recorrente em todo o País a falta de medicamentos e estrutura para o atendimento de doenças graves, denotando seu grau de urgência e necessidade de solução. Todavia, quem tem recursos financeiros suficientes não encontra qualquer deficiência de atendimento na rede privada.

É certo que a Constituição da República Federativa do Brasil já estabelece em seus Art. 1.º como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, e, em seu Art. 3.º, o objetivo de construir uma sociedade justa e solidária e a erradicação das desigualdades sociais, *ipsis literis*:

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
(...)

III – a dignidade da pessoa humana

(...)

Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

(...)

Já na abertura do título das garantias e direitos fundamentais, expressa o Art. 5.º, caput, da Carta Magna, o direito à igualdade, *verbis*:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

A disposição de que todos são iguais perante a lei tem caráter formal, todavia a integração dos princípios constitucionais, considerando sua auto-aplicabilidade, levam a ser observadas as maneiras de efetivar a igualdade “material” que se ilustra no dito jurídico que *“a igualdade é alcançada tratando igualmente os iguais e diferentemente os desiguais”*.

Neste sentido, a explicação dada pelo ilustre constitucionalista José Afonso da Silva na obra “Curso de Direito Constitucional Positivo” (18.ª edição, Malheiros: São Paulo, 2000), nos ensina:

...como já vimos, o princípio [da igualdade] não pode ser entendido em sentido individualista, que não leve em conta as diferenças entre grupos. Quando se diz que o legislador não pode distinguir, isso não significa que a lei deva tratar todos abstratamente iguais, pois o tratamento igual não se dirige a pessoas integralmente iguais entre si, mas àquelas que são iguais sob os aspectos tomados em consideração pela norma, o que implica que os “iguais” podem diferir totalmente sob outros aspectos ignorados ou considerados como irrelevantes pelo legislador.(...) Esses fundamentos é que permitem, à legislação, tutelar pessoas que se achem em posição econômica inferior, buscando

realizar o princípio da igualização... (DA SILVA, 2000, pp. 219-220)

Ainda sobre a igualdade material, leciona o promotor de justiça e constitucionalista Alexandre Moraes, em sua obra “Direito Constitucional” (8.^a edição, Atlas, São Paulo: 2000), *verbis*:

A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da igualdade de direitos, prevendo a *igualdade de possibilidades virtuais*, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico. Dessa forma, o que se veda são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois, o tratamento desigual dos casos desiguais, na medida em que se desiguam, é exigência tradicional do próprio conceito de Justiça, pois o que realmente protege são certas finalidades, somente se tendo por lesado o princípio constitucional quando o elemento discriminador não se encontra a serviço de uma finalidade acolhida pelo direito, sem que se esqueça, porém, como ressalvado por Fábio Konder Comparatto, que as chamadas liberdades materiais têm por objetivo a igualdade de condições sociais, meta a ser alcançada, não só por meio de leis, mas também pela aplicação de políticas ou programas de ação estatal. (MORAES, 2000, p. 62)

Na questão aqui em evidência, a legislação pátria traz como princípio do Sistema Único de Saúde o atendimento universal e igualitário, como já citado, em confronto, todavia com o princípio da seletividade e distributividade.

Evidente, como já ficou exposto, que o princípio da seletividade e distributividade não pode ser alegado em face de um atendimento normal e corriqueiro nos nosocômios públicos, mas a questão em tela é o atendimento de média a alta complexidade, na maioria das vezes negado ao cidadão por motivos de escassez de recursos.

Nestas situações de emergência e diante do estado precário em que se encontra o atendimento à saúde no sistema público é que o cidadão se vê diante das piores agruras, tendo que garantir seus direitos, por vezes, pela via judicial.

DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

A garantia por meio judicial de atendimento integral a doenças graves, é medida que deve ser tratada como excepcional, portanto de concessão restrita a requisitos específicos, sob pena de interferência do Poder Judiciário em assuntos e diretrizes do Executivo.

Desta forma, tem decidido o Colendo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pela concessão da ordem, aos que comprovem, além do nexo causal (relação doença-necessidade), a falta de recursos financeiros que lhe possibilitem alcançar atendimento digno, *verbis*:

Acórdão: MS 2003.023878-6

Relator: Des. Volnei Carlin

Data da Decisão: 10/12/2003

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA -
NEUROPATIA TRAUMÁTICA -
FORNECIMENTO DE REMÉDIO NÃO
DISPONÍVEL NA FARMÁCIA BÁSICA DA
ADMINISTRAÇÃO - ENCARGO DO ENTE DE
DIREITO PÚBLICO. É dever do Poder Público
propiciar condições de saúde a todos; por
consequente, incumbe ao Órgão Administrativo
Estadual, em face da obrigação solidária

existente entre ele, o Município e a União, a obrigação de colocar medicamentos à disposição dos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS gratuitamente pelo tempo que dele necessitar, **quando devidamente comprovada a incapacidade financeira do enfermo.**

Acórdão: Apelação Cível 2002.006747-0

Relator: Des. Luiz César Medeiros

Data da Decisão: 11/11/2002

EMENTA: ADMINISTRATIVO -
MEDICAMENTOS - FORNECIMENTO PELO
ESTADO - **ENFERMIDADE E POBREZA
COMPROVADAS** - DIREITO À SAÚDE -
POSSIBILIDADE - MANUTENÇÃO DA
SENTENÇA Sendo a saúde direito de todos e
dever do Estado, não pode o Poder Público
eximir-se de prestar a integral e universal
assistência à manutenção da vida e integridade
psíquica de seus cidadãos. **Comprovando-se a
doença e a impossibilidade financeira de o
requerente arcar com os custos dos
medicamentos que necessita, não pode o
Estado negar-se a fornecê-los.**

Acórdão: Agravo de Instrumento 2003.003967-8

Relator: Des. Luiz César Medeiros

Data da Decisão: 02/06/2003

EMENTA: ADMINISTRATIVO - CONCESSÃO
DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA -
CABIMENTO - INTERNAÇÃO EM HOSPITAL
INTEGRANTE DO SUS - MÉDICO NÃO
CREDENCIADO - **PACIENTES CARENTES
SOB RISCO DE VIDA - FUMUS BONI JURIS E
PERICULUM IN MORA CONFIGURADOS** 1. Em
respeito ao princípio constitucional da ampla
defesa, com os meios e recursos a ela inerentes,
cabe agravo de instrumento contra decisão que
concede ou denega liminar em mandado de
segurança, até porque não há vedação expressa

neste sentido na lei especial. 2. Presentes nos autos elementos que configuram a existência do fumus boni iuris e do periculum in mora, a manutenção da segurança concedida liminarmente se impõe. 3. O fato de o médico não ser credenciado pelo SUS não impede a internação e a continuidade do tratamento de paciente em nosocômio vinculado àquele sistema.

Acórdão: Agravo de Instrumento 99.000771-5

Relator: Des. Pedro Manoel Abreu.

Data da Decisão: 04/03/1999

EMENTA: Cautelar nominada. Transplante de medula óssea. Leucemia. **Cominação ao Estado de depósito em dinheiro de importância necessária para a cobertura dos gastos médico-hospitalares, tendo em vista a falta de condição econômica do paciente.**

Deferimento da medida. Agravo de instrumento. Inteligência dos arts. 5º, 6º e 196 da Constituição Federal e 153, II, da Constituição Estadual. Desprovidimento do recurso. Em sede cautelar, a salvaguarda do direito natural, em que se insere a preservação da vida, deve prevalecer em face de disposições constitucionais outras a merecerem exame apenas por ocasião da ação principal. (Agr. Reg. no AI n. 96.007056-7, Capital, Rel. Des. Alcides Aguiar). Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, - uma vez configurado esse dilema - razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: o respeito indeclinável à vida (STF, Min. Celso Mello).

Acórdão: Agravo de instrumento 97.001043-5

Relator: Des. Carlos Prudêncio

Data da Decisão: 04/11/1997

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA QUE CONCEDEU LIMINAR PARA FORNECIMENTO GRATUITO, PELO ESTADO, DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A CONTER A PROGRESSÃO DA SÍNDROME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (AIDS). RECURSO DESPROVIDO. Em se tratando de fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento da AIDS, há de se levar em conta que nenhum bem da vida engloba tão claramente o interesse social e individual como a saúde. Diante do delicado estado de saúde de pessoa de poucos recursos, impõe-se ao Estado dar prioridade aos serviços assistenciais, assegurando-lhe o recebimento gratuito de toda a medicação necessária a obstar o avanço do maléfico vírus. ALEGADA AFRONTA À LEI DE LICITAÇÕES (8.666/93). INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. No que diz respeito à Lei n. 8.666/93, que trata da indispensabilidade da licitação para a aquisição de medicamentos por parte dos entes públicos, não pode sobrepor-se à saúde, como bem supremo, que vinha, até então, sendo desnorteada com o avanço progressivo da AIDS, cuja cura, então desconhecida, é agora amenizada com o novo e eficaz tratamento das drogas CRIVAN e EPIVIR. Ademais, o art. 24 do referido diploma é claro ao dispensar a licitação nos casos de emergência ou quando caracterizada urgência de atendimento que possa prejudicar ou comprometer a segurança inclusive de particulares.

Mandado de Segurança n. 2003.001032-7, da Capital

Relator Des. Anselmo Cerello:

CONSTITUCIONAL. SAÚDE PÚBLICA.
MOLÉSTIA. HEPATITE CRÔNICA C.

FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA GRATUITOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 196 DA CF/88. ORDEM CONCEDIDA.

O preceito do artigo 196 da Carta da República, de eficácia imediata, revela que a saúde é direito e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. A referência, contida no preceito, a Estado, mostra-se abrangente, a alcançar a União Federal, os Estados propriamente ditos, o Distrito Federal e os Municípios (AG n. 238.328, Min. Marco Aurélio).

1 - A existência, a validade, a eficácia e a efetividade da Democracia está na prática dos atos administrativos do Estado voltados para o homem. A eventual ausência de cumprimento de uma formalidade burocrática exigida não pode ser óbice suficiente para impedir a concessão da medida porque não retira, de forma alguma, a gravidade e a urgência da situação da recorrente: a busca para garantia do maior de todos os bens, que é a própria vida.

2 - É dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, o direito à saúde, que é fundamental e está consagrado na Constituição da República nos artigos 6.º e 196.

3 - Diante da negativa/omissão do Estado em prestar atendimentos à população carente, que não possui meios para a compra de medicamentos necessários à sua sobrevivência, a jurisprudência vem se fortalecendo no sentido de emitir preceito pelos quais os necessitados podem alcançar o benefício almejado (STF, AG n. 238.328/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 11/05/99; STJ, REsp n. 249.026/PR, Rel. Min. José Delgado, DJ 26/06/2000)

Em que pese a garantia constitucional de acesso universal e igualitário ao atendimento à saúde da pessoa humana, a regra merece integração

com os demais princípios constitucionais e com a situação vigente. Pela situação vigente no país, não há condições financeiras de garantir tratamento gratuito e de qualidade a todos os brasileiros, sejam ricos ou pobres. Desta forma, por um critério de seletividade e até mesmo de igualdade (material e não formal) é mister que seja dado tratamento prioritário àqueles que não tem condições de arcar com os custos de tratamento. É medida de justiça social.

CONCLUSÃO

Considerando as competências constitucionais do Ministério Público para propor medidas judiciais em defesa de interesses individuais indisponíveis (Art. 127, *caput*, CRFB) e de requisitar quaisquer informações e documentos em inquéritos civis (Art. 129, VI, CRFB);

Considerando as competências legais que detém o Ministério Público na defesa irrestrita dos direitos da criança e do adolescente (Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente), inclusive para “*requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias*” (Art. 201, VI, b do ECA);

Considerando, ainda, que a não prestação de informações ao Ministério Público pode implicar nas sanções pelo crime de desobediência do Art. 330 do Código Penal;

Considerando que, especialmente o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem concedido liminar em medidas judiciais fundamentando sua decisão na carência de recursos financeiros do requisitante;

Considerando que os princípios constitucionais do acesso universal e igualitário ao atendimento pelo SUS têm que ser integrados com os demais princípios constitucionais, principalmente da seletividade, justiça social, erradicação das desigualdades e, por fim, o da igualdade material, conclui-se que há embasamento

jurídico (constitucional e legal) para a requisição de estudo sócio-econômico individual para fundamentar a propositura de medida judicial pelo Ministério Público em garantia de medicamentos e tratamento médico hospitalar de média ou alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde.

Considerando tal necessidade legal, tal tarefa necessariamente deve ser de atribuição de Assistente Social.

É o parecer.

s.m.j.,

Florianópolis, 07 de abril de 2005.

Luís Cláudio Fritzen
Advogado – OAB/SC 4443